ATA NOVEMBRO/2024 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - PETRÓPOLIS/RJ

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizada no dia 28 de novembro de 2024 às 18:30h, na Secretaria de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, Avenida Koeler, n 87, Centro, Petrópolis, RJ.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezoito horas e trinta minutos reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, convocada pelo meio de diário oficial número 7042, 26 de novembro de 2024, às 18h na Secretaria de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres, Avenida Koeler, 87 Centro de Petrópolis. Com a presença das senhoras conselheiras THAIS JUSTEN, KAROLINE CERQUEIRA, DIANA ILIESCU, VERÔNICA MARCOLINO, AUREA GONÇALVES, ALINE LIMA, CAMILA ZEIDEN, MAGALI ORTIZ, FLOR DE LIZ, VIVIANE BARROS, VIVIANE MARQUES, VALESCA OLIVEIRA, ELSIE ELEN CARVALHO, SILVIA FERNANDA, GLAUCIA MORELLI, LIVIA MIRANDA, CLARICE SIMÃO, ROSANE RAMOS e MICHELE HODZ.

A reunião teve como pauta publicada 1) Aprovação das atas anteriores, 2) Apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher e 3) Assuntos Gerais. Deu-se início a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, com a leitura da ATA da reunião extraordinária do dia vinte e oito de novembro do corrente ano. A reunião foi presidida pela vice-presidente Thais Justen, que propôs que alguma conselheira se voluntariasse para fazer parte da mesa, não houve voluntárias, Thais então sugeriu que se elegesse alguma funcionária da secretaria para redigir a ata, colocado para votação, tendo em vista que o plenário é soberano, as conselheiras concordaram por unanimidade, sendo Ana Paula designada. Dando início ao primeiro ponto de pauta, a presidente em exercício na reunião, Thais Justen, explica que a reunião extraordinária é para apresentação do selo, explicou sobre as atas atrasadas que foram enviadas no grupo e questionou se as atas estavam aprovadas, a plenária aprovou por unanimidade as atas anteriores dos meses de

junho, julho e agosto. Thais explicou que a ata da última reunião, do dia quatorze de novembro, foi muito extensa e precisaria ser lida na reunião para apreciação e aprovação da plenária, lida a ATA, esta foi aprovada pela plenária, por unanimidade, sem abstenções. Após leitura Thais Justen, vice presidente, trouxe que o conselho e democrático e que todas conselheiras têm direito a voto, no entanto, apresentou à plenária uma denúncia feita pela presidente do COMDIM ao Ministério Público, utilizando-se do seu cargo no conselho, sem que passasse pela plenária, indicando um ato antidemocrático, informou que o teor da denúncia foi sobre o uso do carro guardiã Maria da Penha, assunto abordado na última reunião e esclarecido pelos guardas presentes. Thais Justen informa que teve acesso a denúncia pelo e-mail do conselho e que a denúncia foi indeferida pelo Ministério Público. Magali, vice comandante da guarda municipal pede palavra para esclarecer o fato do carro ter dado assistência a funcionária Gisele, diz que o carro é da guarda e não da guardiã Maria da Penha e nem mesmo da Secretaria da Mulher, o fato da secretaria não ter o carros prometidos pelo governo federal resultou no empréstimo do carro da Guarda Civl Municipal à guardiã Maria da Penha, e que ela mesma autorizou o uso do veículo para buscar a funcionária Gisele, que precisava ser conduzida, enfatiza que Gisele já foi uma vítima de violência doméstica e que passou por procedimento cirúrgico e a única pessoa que teria para dar apoio era seu filho, que além de ser menor de idade, também é autista, e não poderia retirá-la do hospital, a funcionária citada pediu ajuda da guarda e Magali concedeu, expõe que todos conhecem o trabalho da guarda, lamenta a ausência de Ângela, porém, destaca que sua fala vai constar em ata, e faz questão que a mesma tome ciência. Relata que Ângela, por diversas vezes já pediu carona a guarda após as reuniões do COMDIM para retornar a sua residência e que ela tem ciência que a guarda é uma guarda de proximidade, logo em todos os lugares da cidade ela presta qualquer serviço que for necessário, exemplifica que até mesmo já pegaram um senhor embriagado no centro da cidade e o conduziram até a sua casa, devido ao fato de estar embriagado e armado, representando perigo tanto para ele, quanto para outrem, frisou que Ângela tem ciência. Magali prossegue relatando que a guarda trabalha com as polícias na apreensão de drogas, e que inúmeros pés de maconha já foram apreendidos graças a atuação dos cães da guarda. Magali verbaliza que não admite que o nome da

guarda seja colocado em xeque, em hipótese alguma, relata que o resgate que foi feito à Gisele faria a qualquer pessoa que necessitasse, afirma que é de sua resposabilidade a autorização para buscar Gisele. Esclarece que a guardiã Maria da Penha só atende a polícia, a Secretaria da Mulher e ao CRAM ou a Guarda Civil Municipal, continua dizendo que as falas de que ligaram para a guarda e não foram atendidas, é uma informação inverídica, não procede, pois, o telefone de contato é o seu, que fica ligado 24 horas por dia, que ela não está presente por todo esse período, mas tem plantonistas de sua confiança atuando 24 horas, não admite que o nome da guarda seja colocado em cashe. Magali relata ainda que a Ângela falou ao cidadão chamado Jésus que é um lider comunitário do Carangola e este colocou nas redes de whatsapp que o carro da patrulha "não é para rodar bolsinha", tem áudios do mesmo e afirma que vai acionar esse cidadão para responder criminalmente, se todas quiserem tomar ciência ela pode colocar o áudio, continua enfatizando que este cidadão terá que responder criminalmente quem passou essa informação, pois, quem viu a guarda na porta do Alcides Carneiro, foi a Ângela e sua filha, essa informação que este cidadão está passando é falsa. Complementa que qualquer outra secretaria teria cedido o carro, e que a guarda está para apoiar no que for preciso, se colocou à disposição da secretaria. Viviane Marques, conselheira suplente, pede a palavra e diz que sofreu um ato de racismo dentro do conselho que defende as mulheres, e que não negocia com racista de maneira nenhuma e que ninguém pode chamá-la de qualquer maneira e que não pode ouvir que "cada macaco no seu galho" e que quando chegou no conselho sua cor chegou primeiro e que ser uma mulher que peita a elite. E que ela antes de ouvir a fala da presidente no dia da reunião ela apenas disse "basta". Ao final da reunião de quinta feira, foi para casa e ficou pensando sobre como foi a reunião e que está quebrando ciclos em casa sobre falas racistas e que dito isso ela se reportou a pessoas que conhece e disse que tomaria essa decisão e disse para mulheres próximas que faria um registro de ocorrência, e que o fez, porque não aceitará que seja feito atos racistas contra ela e que está sem paciência, de que não aguenta mais atitudes racistas e que e dentro desse conselho devem ter mulheres de comunidade, mas não admitir que jamais alguém se refira a ela como "cada macaco no seu galho", fez um relato pessoal, expôs que parou de estudar porque fedia a lixo dentro de uma escola que hoje tem trauma

pois quando entra la se emociona, e não quer que ninguém passe por isso. Que sua cor vai chegar primeiro mas que estará combatendo o racismo, prosseguindo convoca a comissão de ética do conselho, diz que não podemos ter uma pessoa racista dentro do conselho e que não podemos deixar isso para trás, que temos uma cidade racista, que hoje vai a faculdade e convive com outras mulheres e que vê mulheres negras sofrendo racismo. Continua dizendo que convoca a comissão de ética para tomar uma providência e comunica que está sendo tomado atitude na justiça mas que não gostaria que o conselho se calasse e não vai se calar diante de pessoas racistas e que reproduzem o racismo. Passa a palavra para Thais, presidente em exercício que pede a troca do ponto de pauta para discutir sobre a provocação da comissão de ética e por unanimidade se inverte o ponto do pauta. Glaucia pede fala e diz que na explicação o guarda foi claro em, registrar que existe um protocolo de funcionamento da patrulha e propõe que este protocolo seja anexado a ata. Porque acha que inclusive que infelizmente houve a ida ao Ministério Público independente da abertura, sem aprovação em pleno, e que o regimento é claro e que uma presidente é uma presidente não pode tudo, como se diz popularmente, passando o trator sobre as mulheres. E que esta ida ao ministério público foi de má fé, que antes de ir tem que passar pelo pleno e segundo porque não pediu o protocolo para tirar dúvidas. Thais retoma a fala e se diz a favor a provocação da comissão de ética e pergunta se todas são favoráveis. Silvia pergunta se a comissão irá investigar tanto a denúncia sem conhecimento do pleito quanto o racismo. Thais explica que sim, que a comissão avaliará os dois pontos expostos e explicou como funciona a comissão de ética e diz que a única conselheira que inscrita na comissão foi a Elsie Elen do governo e que precisa de mais cinco pessoas e que deve-se manter a paridade na comissão. Karoline Cerqueira, Diana Iliescu do governo se dispõem e também Viviane Ester, Glaucia e Rosane da sociedade civil. Thais, vice presidente, e presidente em exercício sugere que a comissão se reúna e dê prazo para a pessoa investigada se defender e apresente a plenária, porém, a pessoa que está sendo investigada é a presidente e existe uma relação de poder, que pode inclusive interferir no trabalho da comissão. Que a presidente do conselho sob o exercício da função pode cometer outros atos e que isso abrange o conselho, e sugere que a presidente seja afastada da função durante a avaliação e que se ao fim da avaliação da comissão de ética

sigamos o resultado, sugere que a avaliação não seja superior a 30 dias. Diz que sabe que quem assume é a vice-presidente e que não fica feliz com isto, porém, coloca a importância de ser investigado. Viviane Marques propôs que seja feita uma apuração rápida. Glaucia pergunta se tem prazo para a comissão chegar a um consenso. Thais lê o artigo da comissão de ética. Por fim sugere prazo de 5 dias para a comissão se reunir após mais 15 dias corridos para agir, podendo ser prorrogado caso haja necessidade. E ter outra reunião. Elsie Elen sugere que a comissão se reúna para traçar um caminho, ouvir as partes, e que o conselho não deve punir e sim educar. E pelo que leu na ata a presidente pediu várias vezes pediu desculpas. Que a presidente está doente e que gostaria que todos trabalhassem com inteligência, que respeita a dor da Viviane, a fala, os sentimentos, mas que a presidente do conselho é uma senhora que está passando por uma fase muito difícil de saúde, não apresentando condições psíquicas. Elsie prossegue sua fala dizendo que acredita que o governo não deve assumir a presidência, mesmo sendo o que manda o regimento, e que deveria-se pensar na segunda pessoa da sociedade civil para assumir, e que não devemos sair de um extremo ao outro, que as mulheres devem se posicionar e que o extremo a afasta do conselho. Que se deveria trabalhar com o equilíbrio, e que está muito incomodada pela presidente não ter sido convidada. A plenária expõe que a presidente também propôs a reunião a reunião a qual não estava presente. Viviane Marques se inscreve para fala, e responde a Elsie que não criou o racismo e que o conselho deve punir sim. Livia Miranda, diz que a situação é delicada e que precisamos ter responsabilidade, que o conselho deve ser educativo, que o racismo deve ser punido e que não tem negociação para racismo e pelos relatos, diz que quem sente o racismo é quem tem a pele preta. Lívia continua, e verbaliza que sobre a substituição da presidência, já temos uma vice-presidência, e que não está sendo retirada. Elsie verbaliza que não devemos ir para guerra, que sabe o que é sofre racismo, porque tem avô negro e se declara pardda, por isso sabe o que é sofrer racismo. Ana Paula responde a fala de Elsie e se contrapõe a sua fala, relata que Elsie é branca assim com ela e que não sabem o que é sofrer racismo, e que o fato de ter avô negro não da legitimidade para saber o que e sofrer racismo. Rafaela pede a fala e responde à Elsie que num conselho que luta pelos direitos das mulheres não pode haver racismo, que este tema deve ser tratado com o máximo de

rigor e prossegue dizendo que racismo não deve ser banalizado, sabemos quem sofre racismo diariamente, que se elas estiverem em um mesmo lugar receberão tratamentos diferentes, sabemos o porque, enfatiza que não é lugar de fala de Elsie, que racismo não deve ser mediado porque racismo é crime e deve ser combatido. Magali, pergunta se a presidente justificou sua ausência. Thais inicialmente disse que não recebeu justificativa, que consultaria novamente o email, que não estava conseguindo entrar no email, mas explica que está reunião foi convocada por Ângela, prosseguido, Thais acessou novamente o email, e expôs que somente às 16:35h recebeu uma justificativa de ausência por email, onde Ângela cita que não pode comparecer por problemas pessoais. Continua verbalizando que o racismo deve ter punição sim e que a comissão vai julgar e investigar e vai chegar a uma conclusão, que pode ser advertência, afastamento temporário ou afastamento definitivo. E que se a pessoa não tem condições para exercer a presidência deve pedir licença. Glaucia diz que a situação é delicada e afirma que é muito grave que um órgão que deve defender e lutar pelos direitos das pessoas que não haja com o máximo rigor que deve agir. E relata o fato que deve constar em ata e que ainda está em tempo, e que na última reunião, onde ocorreu a fala racista, ela estava sentada ao lado da presidenta e que não ouviu ela falar, o que demonstra que a fala foi direcionada, mas enfatiza que ela falou, porque inclusive assumiu e depois pediu desculpa, mas, que foi uma desculpa formal e que está não esperava denúncia firme da Viviane Marques. E que o fato de não ter escutado torna ainda mais grave pois falou baixo para Viviane, para submeter a Viviane, foi um ato covarde, aliás como todo racista é. Glaucia prossegue e por último acha que Elsie-Elen, colocou que devemos tomar cuidados, mas que este conselho não pode ficar sequestrado por uma situação de saúde e emocional da presidenta, no caso. Thais retoma ao email de justificativa da falta de Ângela e diz que a justificativa deve ser aceita ou não em plenária, reforça que racismo é inegociável, espero que todas concordem. A comissão de ética formada por metade da sociedade civil e metade do governo. Por fim, também não concorda que a vice deva assumir e explica que por isso pede que tenha um prazo curto para que a comissão responda em até 5 dias corridos se reunir e delibere um prazo para a pessoa investigada responda pelos seus atos e que não seja superior a 15 dias e em seguida informe a decisão da comissão. Silvia pergunta quem é do

governo que esta na comissão de ética, para ver se há diversidade e sugere que o COMPIR participe da reunião da comissão, foi aprovado que o COMPIR participe apenas da segunda reunião para consulta no caso de dúvidas e que isto seja conversado na primeira reunião. Karol Cerqueira relata que não precisa acionar o COMPIR, pois ela também é conselheira deste conselho e possui letramento racial, e que se por ventura surgirem dúvidas ela mesmo pode consultar o COMPIR. Diana, diz que está muito triste do ocorrido dentro do conselho, onde as mulheres deveriam ser acolhidas e respeitadas e que isto não deveria ter acontecido. Infelizmente a presidenta não está presente para se posicionar, e esta coloca justificativa de questão particular e que não dá pra saber o que fazer e que porque está na Comissão não vai emitir julgamento, propõe a data de segunda dia 02/12 a partir das 18h a comissão poderia se reunir. Dia 09/12 ter uma perspetiva de resposta final já ter uma posição e para a próxima reunião dia 12/12. Thais Justen coloca para votação e a plenária, por unanimidade, sem nenhuma abstenção, concorda que a presidente Ângela Alcantra seja afastada enquanto estiver na comissão de ética, que a vice-presidente Thais Justen assuma a presidência interinamente e que a comissão de ética trabalhe com agilidade. Elsie disse que se tiver que haver algum tipo de punição, não quer participar da comissão de ética. Thais explica que existem três punições previstas no regimento e que a comissão de ética terá que avaliar qual punição será aplicada. Elsie então se retira da comissão de ética e é preciso deliberar nova pessoa. Magali se oferece para participar da comissão, no lugar da Elsie. Thais sugere que o Selo seja ponto de pauta da próxima reunião, sendo aprovado por unanimidade. Nada mas havendo tratado, foi encerrada a reunião.